INVASÃO

Quatro pessoas são presas por causa de parcelamento clandestino em área pública de 240 mil m². Três dos suspeitos estavam armados com revólveres. Terrenos eram vendidos a partir de R\$ 15 mil

Armas e lotes no Guará

Dante Accioly
Da equipe do Correio

Polícia Civil desarticulou na manhã de ontem um esquema responsável pelo parcelamento clandestino de terras no Guará, a 11 quilômetros de Brasília. Quatro pessoas foram presas e outras cinco ainda são procuradas por agentes da 4ª DP.

A operação mobilizou 20 policiais civis e impediu a expansão de um loteamento irregular de 240 mil m² entre a Estrada Parque Taguatinga Guará (EPTG) e a Colônia Agrícola Águas Claras. As terras pertencem à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e estavam sendo divididas em 300 lotes de 800m² — vendidos a partir de R\$ 15 mil.

Alexandre Bernardes Cidade, 25 anos, Rogério de Oliveira Cantuária, 35 anos, e Carlos Roberto Borges de Moura, 42 anos, foram presos em flagrante por crime ambiental e parcelamento do solo. Os dois primeiros também foram autuados por invasão de terra pública e porte ilegal de arma.

Eles usavam revólveres calibre 38 quando os policiais civis da 4ª DP chegaram à área. Rogério Cantuária é ex-policial militar: foi expulso da corporação depois de um indiciamento por porte ilegal de arma em 1999. Cantuária ainda foi pronunciado por homicídio em fevereiro de 2001.

A Polícia Civil também autuou por porte ilegal de arma o

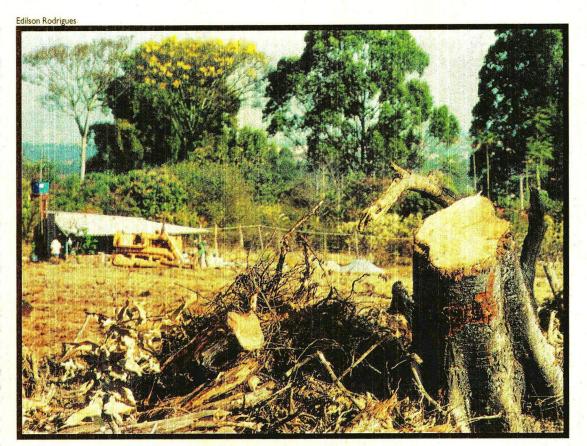
soldado PM Raimundo Euler Alfredo de Moura, 37 anos. Munido com um revólver 38, ele disse ter comprado um terreno de 800m² no loteamento clandestino. A Corregedoria da Polícia Militar vai apurar se o soldado cometeu transgressão administrativa no episódio de ontem. Ele pode sofrer de advertência a expulsão.

DANO AMBIENTAL

egundo o delegado Célio Cintra, titular da 4ª DP, Alexandre Bernardes Cidade, Rogério de Oliveira Cantuária e Carlos Roberto Borges de Moura removeram a vegetação original de cerrado e promoveram queimadas na área. A polícia afirma ainda que Carlos Roberto de Moura foi responsável pela contratação de um trator de esteira que fez terraplanagens no local. A máquina, pertencente à empresa Transbarros, foi apreendida e será encaminhada ao pátio da Administração do Guará, onde ficará à disposição da Justiça.

A área de 240 mil m² está quase toda cercada com arame farpado novo e estacas de madeira. Ainda não existem ruas abertas ou terrenos murados. Mas a Polícia Civil encontrou piquetes fincados no chão, indício de que as terras estavam sendo parceladas para venda.

Outro fator que reforça a tese de loteamento clandestino é o depoimento do soldado Raimundo Euler de Moura. "Ele foi ouvido hoje (ontem) à tarde e admitiu ter comprado um lote



ÁREA DEVASTADA NO GUARÁ: CRIME AMBIENTAL, PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO E PORTE ILEGAL DE ARMAS

de 800m² por R\$ 15 mil", explica o delegado Célio Cintra. Terrenos particulares com a mesma metragem em área próxima ao loteamento clandestino são vendidos pelo dobro do preço.

Raimundo Euler de Moura seria liberado na noite de ontem, porque pode responder pelo crime de porte ilegal de arma em liberdade. Os outros três envolvidos seriam encaminhados à carceragem do Departamento de Polícia Especializada (DPE).

FALTOU MARMITA

Polícia Civil foi informada sobre o loteamento na última quinta-feira. Mas moradores de áreas vizinhas já se queixavam da invasão desde o início da semana. "Os invasores derrubaram todas as árvores e queriam vender terra do governo para encher os bolsos de dinheiro", reclama a dona de uma chácara próxima ao loteamento clandestino. Ela pediu para não ser identificada porque tem medo de re-

presálias. "Eles andam armados de cima para baixo".

Na tarde de ontem, 15 operários contratados para cercar e piquetar o terreno ainda estavam na área. Todos esperavam que os responsáveis pelo loteamento clandestino voltassem da 4ªDP para deixar as marmitas do almoço. Esperavam em vão. Os invasores estavam presos. As marmitas não chegaram. Os operários voltaram com fome para casa.

PRISÃO PODE SER DE ATÉ CINCO ANOS

Alexandre Bernardes, Rogério Cantuária e Carlos Borges de Moura foram indiciados por dano ambiental e parcelamento do solo. A pena prevista para os dois crimes é de um a cinco anos de reclusão. Os dois primeiros suspeitos ainda foram autuados por invasão de terra pública e porte ilegal de arma. A punição para o primeiro crime é até quatro anos de prisão. Para porte ilegal de arma, a pena é até dois anos de prisão. Na última quinta-feira, o candidato do PSB ao Buriti, Rodrigo Rollemberg, encaminhou ao Ministério Público representação pedindo investigação sobre a grilagem de terras na área.

OPERAÇÃO INVASORES DO RIACHO FUNDO SÃO RETIRADOS

O Sistema Integrado 🌉 de Vigilância do Solo 🎏 (Sivsolo), em operação conjunta com a Polícia Militar, Novacap, Terracap e Administração Regional, retirou ontem peany la manhã invasores que ocupavam área pública na QC 04 do Riacho Fundo II. Durante a operação, cerca de 80 pessoas e 90 barracos foram retirados. É a quarta vez em menos de uma semana que o Sivsolo é chamado para o mesmo local. Invasores foram retirados da QC 04 no último sábado e novamente na segunda e quarta-feira. "Se eles insistirem em voltar, vamos retirá-los novamente", prometeu o Coronel Sérgio Puhle, responsável pela operação.

MARCHA PELA PAZ

Começa nesta terçafeira o III Jogos da Paz Sydney/DF/Atenas. A concentração será às 10h. na Embaixada da Austrália, no Plano Piloto. De lá, os participantes percorrem 48 quilômetros que separam Brasília de Ceilândia. A Tocha da Paz será levada pelos atletas da comunidade. O ponto alto da festa será a Marcha pela Paz, às 14h, na Caixa D'Água de Ceilândia. São esperados 600 estudantes de escolas públicas do Distrito Federal. O evento será realizado pelo Programa Empresa Amiga da Educação Se Liga, Galera! da Caixa Seguros e da Secretaria de Estado de Educação. Na Caixa D'Água, a tocha será entregue a estudantes participantes dos jogos, de 11 escolas do DF. Ela será levada para a Praça do Cidadão para a realização de um ato público pela paz.